

Por uma ética institucional

Viviane Sprinz Mondrzak¹, Porto Alegre

O presente trabalho procura discutir aspectos relativos à construção de uma ética institucional nas sociedades psicanalíticas, ética esta que inclua um olhar para o funcionamento da própria instituição, e não somente para uma ética individual do psicanalista. Parte das ideias de Henri Atlan, importante pensador da complexidade, assim como das contribuições da psicanálise para o tema, apresentando algumas reflexões pessoais com o intuito de expandir a discussão.

Palavras-chaves: Ética; Instituição; Poder; Transgressão

¹ Psiquiatra, Psicanalista, membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

“Senhoras e senhores, estivemos ouvindo um artigo muito interessante e estimulante. Tive a vantagem de ter lido o trabalho do Dr. X e embora não concorde com tudo (principalmente porque não faço a menor ideia do que ele pensa que está falando, e tenho certeza de que ela também não faz) achei sua apresentação – hum – estimulante. Existem muitos pontos que gostaria de discutir, caso tivéssemos tempo (graças a deus, não temos), mas sei que há muita gente ansiosa para falar (em particular nossos chatos vitalícios de plantão que ninguém ainda conseguiu silenciar). No entanto, há apenas um ponto sobre o qual gostaria de ouvir a opinião do Dr. X. (Neste ponto, preparo-me para liberar uma das minhas ideias obsessivas favoritas. Não importa que seja irrelevante; também não importa que o Dr. X não tenha qualquer opinião sobre o assunto ou, o que seria improvável que, se ele tivesse, eu quisesse ouvi-la). (...) Frequentemente me ocorre (e só os coitados da minha Sociedade sabem como isto é frequente) que... etc... etc.” (Bion, 1969/2000, p. 312)

Há muito tempo esta passagem irônica de Bion ressoa para mim como um permanente alerta para que, além de prestarmos atenção em nosso funcionamento e no de nossos pacientes, também tenhamos um olhar muito atento para as nossas instituições. São vários os ângulos possíveis para se discutir instituições e as especificidades de uma instituição psicanalítica. É difícil fazer generalizações, já que existem questões particulares de cada local, todos com sua própria história e contextos socioculturais também variados. De qualquer forma, algumas invariâncias podem ser pensadas, as quais envolvem diretamente questões éticas que remetem às relações entre os indivíduos reunidos em uma sociedade com a finalidade expressa de desenvolver o pensamento psicanalítico, pressupondo um clima de abertura e de respeito, além da possibilidade de se ouvir uns aos outros, elementos que fazem parte da essência da psicanálise.

Em artigo anterior (Mondrzak, 2012), foquei a questão da ética sob o ângulo de uma ética do psicanalista. Assim, neste trabalho, impulsionada, entre outros fatores, pela crise ética da atualidade e pelos desafios apresentados pelos tempos atuais, obrigando que se repensem algumas práticas do nosso método, bem como a forma com que constituímos nossas sociedades, pretendo discutir aspectos do que se poderia chamar de uma *ética institucional*. São princípios indispensáveis inclusive para que se faça frente, eticamente, aos dilemas e confrontos que surgem para a nossa disciplina no mundo contemporâneo. Esta noção de “nossos tempos”, de contemporaneidade, não pressupõe apenas a concomitância no tempo, mas a forma como vamos incorporando as mudanças, já que, ao longo da vida, passamos por vários presentes. De alguma forma, cada presente traz consigo seus desafios e nos obriga a repensar o que está estabelecido. Sabemos que este processo de assimilação das mudanças não se dá na velocidade em que elas são geradas, não só na nossa prática clínica como também no funcionamento das instituições. Conhecemos bastante sobre o funcionamento dos grupos e sobre o surgimento de ansiedades intensas e mecanismos primitivos frente à ameaça que as mudanças representam. No entanto, não podemos usar este conhecimento em racionalizações do tipo “todos os grupos são assim”, na tentativa de simplificar a discussão e nos tranquilizarmos de que não há nada a fazer em relação às instituições psicanalíticas ou que nossas práticas são inquestionáveis. Não podemos nos eximir de pensar sobre mecanismos possíveis de facilitar um funcionamento grupal capaz de assimilar transformações e favorecer a reflexão. Novos desafios surgem a todo momento, acompanhando mudanças científicas e culturais, ao mesmo tempo em que demandam posicionamentos sobre questões que antes não existiam. A recente pandemia colocou-nos de forma abrupta a questão das análises online. Certamente não será a última. Além disso, o meio no qual a instituição está inserida pressiona e muitas vezes determina os funcionamentos de grupo. O clima atual de radicalizações e de questões envolvendo verdade/mentira, preconceitos, violências de várias ordens, afeta-nos de formas diretas e indiretas. Em cada uma destas questões, há sempre, na base, uma dimensão ética envolvida, a busca por um universal de verdade, um sinalizador do que está além do estabelecimento de normas e regras.

Assim, neste trabalho, por considerar que possam auxiliar na reflexão, trago algumas ideias de Henri Atlan, médico, biólogo, e professor de biofísica, nascido na Argélia, com numerosos estudos na área de biologia celular, imunologia e inteligência artificial. Atlan (1979) notabilizou-se por ser um dos criadores da chamada teoria de auto-organização dos seres vivos a partir do ruído, que utiliza conhecimentos de biologia, cibernética e termodinâmica, tendo participado do

Viviane Sprinz Mondrzak

surgimento e da recente renovação das teorias da complexidade. As teorias da complexidade, herdeiras da cibernética, são correlatas aos desenvolvimentos da física dos sistemas dinâmicos (aqui incluídas as teorias do caos), que destacam a importância das regularidades e do acaso na compreensão dos fenômenos. Ao longo dos anos, Henri Atlan vem também burilando e definindo sempre com maior precisão sua visão sobre os problemas éticos, tendo participado do *International Ethical, Scientific and Political Collegium (Collegium International)*, uma organização de líderes que possuem reconhecido conhecimento político, científico e filosófico, com o objetivo de buscar novas contribuições na busca de um mundo mais justo e pacífico. Tomando como ponto de partida as suas ideias sobre o tema, procuro trazer reflexões pessoais sobre alguns aspectos relativos às instituições psicanalíticas e à construção de uma ética institucional.

Não irei me deter nos vários conceitos de ética e vou utilizar, neste trabalho, a definição de ética que segue as ideias do filósofo Emmanuel Levinas (1982): como posição e como lugar (morada), como postura fundamental, como modo de escutar e falar ao e do outro na sua alteridade. Uma ética compreendida como abertura, respeito, resposta e propiciação ao outro. Algo que não se assemelha em nada a uma moral e que, portanto, não poderá jamais ser convertido em um código de prescrições e proibições. Trata-se muito mais de uma disposição ao convívio acolhedor, mas nem por isso tranquilo, com o inesperado e o irredutível que caracteriza a alteridade, do que da formulação de regras prescritivas capazes de determinar condutas.

Atlan e os níveis éticos

Atlan (1997) aponta que todos os problemas éticos são percebidos e vividos por indivíduos segundo os valores e normas herdados pelas sociedades às quais eles pertencem. O tipo de racionalidade onde se insere a ética é uma racionalidade mítica, que não tem a sua origem em um conhecimento racional do tipo filosófico e científico que caracteriza as sociedades ocidentais. Diz respeito a um projeto, a um querer, muito mais do que ao conhecimento e exprime-se neste conjunto de desejos, necessidades, representações, conscientes e inconscientes.

Para investigar os diversos caminhos que poderiam levar efetivamente a uma ética mais *universal*, o autor propõe que se tenha em mente que as exigências éticas se situam em diferentes níveis.

O primeiro nível de ética é o nível da dor a ser evitada e do prazer a ser procurado, diretamente relacionado ao indivíduo e ao aqui e agora. Seria um

primeiro universal, comum a todos os sistemas de normas. Há uma coincidência entre a percepção do que se chama *bem*, por dar prazer, e do que se chama *mal*, por infligir dor. É nesta primeira etapa que se origina o caráter normativo da dor que é necessário evitar e do prazer que é necessário buscar. É a este nível que se retorna quando se regride a uma moral infantil de reação ao imediato, em que o único bem reconhecível é o das necessidades de cada um. É deste contexto que se alimenta (em um outro nível ético) a indignação coletiva, onde se projeta a dor individual em uma simpatia generalizante pelos que sofrem.

Na passagem para o segundo nível, interferem as capacidades cognitivas de representação, memória, simbolização, intencionalidade, etc. As experiências de prazer e dor de cada indivíduo são memorizadas em função de sua história individual e coletiva, incluindo o efeito da imaginação. O bem e o mal associados às experiências sensoriais são estendidos no tempo, sendo deslocados no espaço e estendidos até o outro. A partir daí, surge o julgamento reflexivo que postula a necessidade de adiamento dos desejos, como optar por uma dor imediata a favor de um prazer futuro em relação a si próprio ou ao outro. O que se costuma chamar de conhecimento do bem e do mal estaria inserido neste nível e constituiria uma *competência ética* da espécie humana, por analogia à sua competência linguística. No segundo nível é instalada a duplicidade do significado das palavras *bem* e *mal*. No espaço, bem ou mal individual estendem-se ao bem ou ao mal coletivo. E, em relação ao tempo, bem ou mal no presente estendem-se na duração. O *bem* ou o *mal* são entendidos imediatamente, como fonte de prazer ou de dor, mas também como o que é entendido a partir da intermediação de um juízo reflexivo. Assim, uma palavra, uma ação ou um pensamento são considerados bons, isto é, justos e corretos, ou maus, quer dizer, injustos e incorretos, no duplo sentido, tanto cognitivo quanto ético. Neste nível reencontra-se o traço normativo de origem da ética na experiência de dor e de prazer, como no nível anterior, mas agora não mais na forma da experiência de uma sensação imediata. Esta experiência será modificada, transformada, interpretada, às vezes mesmo invertida, tudo em função de nossa memória e imaginação. Por exemplo, a perspectiva de uma recompensa futura com grande repercussão de prestígio no grupo pode vir a tornar prazerosa uma experiência que, sem tal expectativa, no momento presente, seria penosa para o indivíduo.

Se o segundo nível de ética é universal quanto à sua existência, ele é muito diversificado no que diz respeito aos conteúdos, justamente porque cada sociedade determina de maneira própria as leis do desejo e de sua sublimação, configurando uma particular definição de bem e de mal produzida pela história de cada sociedade e por seus imaginários individuais e coletivos. No segundo nível de ética, esboça-se

Viviane Sprinz Mondrzak

uma *ética de adulto*, pois, não sendo a satisfação obtida imediatamente, propicia-se o acesso à reflexão, que pode fazer com que se sinta o *bem* como o próprio fato de compreender e o *mal* como o obstáculo à compreensão. Então, seria o próprio conhecimento que serviria de critério de juízo do bem e do mal – em termos de seu caráter reflexivo.

No terceiro nível, em que começa a aspiração a uma ética universal pragmática, o indivíduo é levado a estabelecer julgamentos sobre os julgamentos, ou seja, sobre os sistemas de valor instituídos no segundo nível. Deve avaliar os sistemas éticos instituídos, incluindo a realidade de grupos sociais diversos em sua maneira concretas de existir e de se comportar, mediadas por sua cultura, língua e história. E, na medida do possível, buscar encontrar o que é comum na maior parte destes sistemas, como se, a partir desta reflexão, fosse possível decantar uma essência com a qual a maior parte das pessoas pudesse concordar. Não se tratam mais de regras da razão prática, decorrentes de uma imagem da liberdade humana responsável por impô-las, mas de regras de comportamento aceitas como sendo as mínimas indispensáveis para preservar indivíduos concretos da dor.

Investigando a possível construção desta ética, fundada em um diálogo de éticas do terceiro nível, Atlan (1997) aponta para a premência de serem encontrados elementos em comum, suscetíveis de colocar em contato as éticas/morais existentes, enfatizando que a razão deve desempenhar, neste processo, um papel ágil e adaptável de instrumento e não de tribunal. Uma ética concretamente mais universal depende de serem feitas concessões a argumentações colocadas, uma vez que é muito mais fácil sabermos *o que* se quer ou não, do que *por que* o queremos (ou não) ou *como* faremos para atingir este objetivo; insistindo em coerências “racionais”, frequentemente surgem desacordos irreduzíveis no nível das crenças e dos princípios. Estes acordos serão estabelecidos mais facilmente no seu nível primeiro, que atinge a sensibilidade imediata de todos, em especial no que se refere à evitação da dor, já que a procura da felicidade está relacionada com a segunda ética, quando precisam ser impostas restrições que provocam controvérsias.

Assim, Atlan (1997) sugere que o terceiro nível de ética seria o de uma ética da argumentação, em que o diálogo entre diferentes sistemas de valores e normas obedeceria a uma só regra: a necessidade de resolver os problemas práticos de coexistência, se possível sem recorrer à guerra. Um fator propício ao sucesso desta estratégia é uma particularidade de nossos sistemas de comunicação e de argumentação, nos quais se tenta responder as questões em termos de causas, de razões ou de motivações. Usa, como modelo, o funcionamento de sistemas complexos, que poderia ser resumido assim: qualquer sistema dinâmico (uma rede

neuronal, as células do sistema imunológico, etc.) tem a propriedade de convergir para um de seus estados estáveis ou atratores por diversos caminhos. Estes caminhos diferem entre si, dadas as condições iniciais ou diferentes. No entanto, conexões diferentes que exprimem teorias ou modelos diferentes podem produzir atratores idênticos ou predizer as mesmas observações. A dificuldade de teorização está ligada, nestas simulações formais, a um grande número de teorias “corretas” que predizem as mesmas observações, o que seria uma fragilidade da teoria.

Contudo, o mesmo fenômeno, aplicado não aos modelos, mas aos próprios sistemas naturais, surge como uma robustez de suas dinâmicas. No funcionamento de nossos cérebros, esta propriedade de convergir para um mesmo estado final através de caminhos e, eventualmente, de estruturas diferentes, pode explicar uma propriedade notável de nossa intersubjetividade: é mais fácil concordar sobre as conclusões do que sobre a maneira de se chegar a elas. Verifica-se que, quando as pessoas precisam tomar decisões quanto ao caráter aceitável ou não de uma dada prática, com frequência elas reagem espontaneamente de maneira idêntica, antes mesmo de expor as razões de sua posição. As dificuldades aparecem depois, quando se trata de analisar e justificar as razões do posicionamento adotado. Este diálogo no terceiro nível não se estabelece naturalmente, pois ele se realiza segundo as pressões sociais, históricas e políticas, e não apenas em função da troca de ideias. Ou seja, é necessário um trabalho permanente de observação e de desacomodação para colocar em movimento um processo de questionamento e confronto de ideias e fazeres (Coutinho, 2008).

A evolução dos níveis éticos descritos por Atlan poderia ser transcrito por nós, psicanalistas, a partir dos referenciais da nossa disciplina. Falaríamos na trajetória desde o princípio do prazer até a gradual inclusão do princípio da realidade; ou ainda, a perda da ilusão da onipotência infantil, o reconhecimento da necessidade do outro em nossas vidas; ou o crescimento da capacidade de tolerar frustrações, permitindo a expansão da capacidade de processar emoções, etc., etc., de acordo com os vários modelos de funcionamento da mente. Modelos estes que muitas vezes em nossas sociedades não dialogam de fato, apenas se encontram sem se escutar, como na passagem de Bion citada no início deste trabalho. Cada um no seu próprio mundo.

De qualquer forma, penso que a visão de Atlan, apesar de – à primeira vista – parecer muito esquemática para descrever fenômenos complexos, pode reforçar os mecanismos necessários se quisermos de fato encontrar uma ética de terceiro nível ou, no caso aqui, uma ética institucional capaz de ser aceita e compartilhada pelo maior número possível de seus membros. Antes de mais nada, isto nos faz pensar na necessidade de um trabalho permanente não só de organização de atividades

Viviane Sprinz Mondrzak

científicas ou planejamento da formação psicanalítica, mas também de encontros capazes de estimular que os membros pensem sobre a instituição e os seus objetivos, em debates que não visem imediatamente a tomada de decisões, mas o exercício da escuta do outro. Talvez seja utópico, mas a busca por utopias também pode ser vista como uma metodologia que impulsiona a reflexão e pesquisa.

Breves reflexões sobre o analista e suas instituições

Quais instituições nós, analistas, construímos e como nos relacionamos com elas? Uma questão simples, já muito pensada e discutida, mas jamais esgotada (ainda bem) e, mais do que nunca, fundamental. Longe de ser um tema que apenas tangencia o corpo teórico da psicanálise, relaciona-se diretamente com questões essenciais do campo de estudo psicanalítico, eis que, antes de mais nada, continuamos humanos, com todos os temores e ansiedades característicos dos seres humanos. O estudo dos grupos está presente na psicanálise desde o início, com os trabalhos de Freud sobre o assunto – principalmente *Psicologia das massas e análise do Eu* (1920-1921/2010) e o *Futuro de uma ilusão* (1927/1996) – e teve acréscimos importantes com Bion, em especial na obra *Experiências com grupos* (1961/1975). Nossas teorias mostram como, ao mesmo tempo em que provocam ansiedades primitivas (principalmente se funcionam com regras superegógicas muito rígidas, incrementando ansiedades paranoides), os grupos tem um papel organizador e continente quando conseguem funcionar como grupo de trabalho, onde todos podem se reunir em torno de uma tarefa comum. No entanto, na prática, quando estamos envolvidos no processo grupal, é mais difícil perceber o que se passa.

Assim, acompanhando desde um vértice da nossa disciplina os níveis éticos trazidos por Atlan, tomo como ponto de partida a imagem de um ciclo em que participamos inerentemente como humanos e do qual a condição de analistas não nos exclui, como talvez gostaríamos de acreditar: o processo do gradual (e nunca completo) afastamento da ilusão da onipotência infantil, o desejo (nunca inteiramente abandonado) de recuperar de alguma forma esta ilusão, abalada constantemente pela realidade, e que se manifesta na busca de formas de *poder* (deuses, teorias, posições dentro da instituição, para citar apenas algumas) para sentir-se seguro e negar fragilidades e dependências do outro, levando à permanente necessidade de regras/leis para organizar os desejos e necessidade/desejo de transgredi-las. Este ciclo repete-se por toda a vida, claro que se esperando, idealmente, que cada repetição agregue algum novo recurso ou possibilidade,

permitindo a evolução a partir de um narcisismo estrutural essencial no início da vida até formas de ganhos narcísicos menos onipotentes.

Portanto, a dinâmica poder/transgressão é essencial para compreendermos o funcionamento das instituições, e seria necessário um outro trabalho para estudar as complexas formas com que estes elementos se articulam, assim como a sua relação com os narcisismos individuais e coletivos. O termo poder é difícil de definir, tendo conotação positiva e negativa e, como aponta Foucault (1977), não é objeto, pois sempre envolve uma relação que precisa ser diferenciada de uma relação de domínio. Em uma relação de poder, existe a possibilidade de uma resistência. O poder organizador aceita diferenças, dialoga com elas e abre alguma porta para transgressões.

Da mesma forma, transgredir é uma palavra com sentido paradoxal: tanto pode se referir à dificuldade de respeitar limites organizadores, como pode fazer menção a um movimento necessário para o crescimento. Na célebre passagem do *Gênesis*, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, proibindo-o de comer do fruto da árvore do bem e do mal em troca da promessa de imortalidade e da felicidade eterna. A transgressão desta regra acarreta a perda de um mundo ilusório, de um paraíso sem sofrimentos, tudo em nome da curiosidade. Assim, transgredir a lei que impede o crescimento, oferecendo a ilusão de manutenção da onipotência, é salvador e constitutivo do humano. No entanto, existe o outro lado desta moeda, quando há uma idealização da transgressão, em nome de não ser conservador e/ou retrógrado. Se não quisermos ser apenas adolescentes que transgridem pelo sentido do ato em si, tentando se assegurar de uma autonomia ainda não estruturada, torna-se necessário articular a transgressão como linguagem organizada capaz de ser contrastada com o já existente. Não basta conhecer o elemento que impulsionou a transgressão, é necessário captar a inteligibilidade do sistema contra o qual a transgressão torna-se necessária.

Neste sentido, quando a psicanálise busca a segurança do paraíso, fechada na ilusão do poder de seu conhecimento, e não ousa pensar além, o ato psicanalítico perde seu caráter transgressor essencial. Se uma instituição perde a capacidade “transgressora”, ela se imobiliza. Vemos isto com frequência no apego a algumas regras que muitas vezes já perderam seu sentido e são mantidas em nome da necessidade de normas organizadoras. O que é verdade, desde que elas possam ser questionadas e verificadas de tempos em tempos. Em um desenho ideal, caberia à instituição tolerar e organizar a “transgressão” para que ela possa ser articulada com o conjunto de normas existente.

Viviane Sprinz Mondrzak

De volta à questão central: ética institucional

Existe um velho sonho da humanidade: reunir a lei moral com a lei natural, possibilitando um mundo no qual o bem se iguala à verdade e, quem sabe, ao belo (Atlan, 1986). No que se poderia chamar de primeiro período ético, para acalmar as suas angústias, o homem se inspirou na natureza, partindo de mitos. O segundo período ético foi o religioso, quando a ordem divina passou a definir o bem e o mal. Com o iluminismo, a razão assume a primazia na definição ética. Assim, durante séculos, o balizador da lei moral/ética foi um Deus criador/legislador. A razão passou a ser, depois, o novo “deus” legislador, que deveria descobrir as regras de conduta e de organização da sociedade, agindo em harmonia com as leis da natureza. No entanto, este foi um projeto fracassado: o exercício de uma razão crítica levou ao fracasso da própria razão para fundamentar uma ética individual e social (Atlan, 1994). Desta forma, chegamos a um momento no qual as leis da natureza são cada vez mais bem decifradas e dominadas pelo método científico, mas este conhecimento tem muito pouca utilidade para a vivência individual e social, para a elaboração de uma ética. Mesmo que o princípio da ciência pressuponha a busca da verdade, com a vantagem de poder ser reformulado se necessário, tem o inconveniente de sua possível dissociação do mundo das verdades subjetivas, da estética e da ética. Como bem sabemos nós, psicanalistas, qualquer saber científico pode ser usado com várias funções. A coluna dois da Grade de Bion (1963/1991a) chama atenção justamente para isso, realçando que mesmo os raciocínios científicos mais complexos e inquestionáveis podem ter uma função de negação da verdade.

A psicanálise participou desta quebra do mito da onipotência da razão, mostrando que ela não é um instrumento neutro para o conhecimento da verdade, eis que sofre a influência de sentimentos inconscientes. Ao mesmo tempo, a luta para ser reconhecida como uma ciência talvez tenha feito com que os analistas se afeitassem às suas ideias como verdades idealizadas, sustentando a ilusão de possuímos uma teoria e técnica onipotentes referendadas por um mestre. Desta perspectiva, podemos pensar que, desde as bem conhecidas reuniões das quartas-feiras, o movimento psicanalítico estruturou-se como uma família em torno do chefe, Freud, amado e odiado, temido e idealizado. Muito já se falou a este respeito quando se estuda a história da psicanálise e das instituições psicanalíticas que, formalmente (e idealmente), tem a função de preservar a herança científica e proporcionar o seu desenvolvimento, como uma referência estruturante, que tem a sua autoridade conferida pelo percurso no tempo e pela assinatura do mestre. De qualquer forma, sempre cabe a pergunta do motivo pelo qual ainda se mantém o apego ferrenho à letra de Freud como fundamento da prática em 2020, muitas vezes

de uma forma religiosa, mesmo que de maneira implícita. Não se trata aqui de um debate sobre teorias ou técnica psicanalítica, mas sim de um modo de organização das relações interpessoais nas instituições psicanalíticas.

Atlan (1979), a quem recorro mais uma vez ao falar sobre ética, profundo conhecedor do Velho Testamento, lembra do *Pirkei Avot* ou *A ética dos pais*, tratado que detalha a visão da *Torá* sobre ética e relações interpessoais. É um texto que continua sendo lido através dos séculos e, para Atlan, permite que se detecte uma série de elementos que permanecem essenciais em todos os tempos. Uma das recomendações feitas é “faze-te um mestre” (*Pirkei Avot*, 2016, Cap. 1), o que poderia ser interpretado (na perspectiva de Atlan, 1979) como uma recomendação de escolher, uma vez constituída a personalidade adulta e exercendo o senso crítico, um mestre para ser ensinado e para então substituir, renovando assim, os alimentos morais do pai. Posteriormente, que se renove a escolha, podendo ser aproximativa, todas as vezes que a trajetória demandar.

Ou seja, ao contrário do pai, que é apenas um, exerce a possibilidade de infinitos pais simbólicos que o crescimento permite, em termos de liberdade e autonomia, sabendo, no entanto, que sempre vamos precisar de um. Falar de filiação em relação aos mestres seria uma regressão no crescimento. Os pais eficazes, que se preocupam com o desenvolvimento de seus filhos como adultos, procuram ajudar na tarefa de se separarem deles e a desenvolverem um senso crítico, aberto para o exterior, mais do que com a crença onipotente de que detém todo o alimento. Em alguma medida, seguimos um movimento regressivo permanente, em uma filiação a um único pai-mestre? Neste caso, nem poderíamos chamar de movimento regressivo, mas sim de uma zona de imobilismo na organização das relações entre os membros e destes com a sociedade, o que dificultaria a cultura de uma real abertura para a escuta do outro, a qual consideramos aqui como um dos eixos fundamentais de uma ética de terceiro nível, onde ideias podem ser confrontadas em um clima de solidariedade.

É importante ainda, nesta discussão, termos em mente a evolução do pensamento científico, que saiu de um pensamento puramente determinista para a inclusão do acaso, do ruído, expandindo a possibilidade de se pensar sobre sistemas complexos, aqueles que não se comportam como se estivessem em um laboratório, em condições normais de temperatura e pressão, e onde o observador interfere no sistema observado.

O acaso costumava ser considerado antagonico ao organizado. A continuidade dos estudos tem demonstrado que a organização dos sistemas vivos não é estática e nem um processo que se opõe às forças de desorganização, mas sim um processo de desorganização permanente seguido de reorganização, com o aparecimento de

Viviane Sprinz Mondrzak

propriedades novas, quando a desorganização então pode ser suportada e não mata o sistema (Atlan, 1979, 1986). Portanto, há um grau de desorganização tolerável por cada sistema. Se pensarmos em organizações psicanalíticas como sistemas complexos, percebemos que há um quantum de tensão (ansiedade, desorganização das regras) que pode ser absorvido em uma unidade de tempo e que pode levar à emergência do novo, sem causar rupturas ou morte de sistema. Bion (1970/1991b) destaca justamente estes aspectos ao descrever uma das funções das instituições psicanalíticas: conter o potencial disruptivo da nova ideia sem rechaçá-la.

Na metáfora usada por Atlan (1979), a organização viva situa-se entre o cristal e a fumaça: a persistência imutável do mineral e a volatilidade do gás. Os dois extremos constituem duas espécies de morte, em constante oposição e tensão para garantir ao mesmo tempo, desde que se harmonizem entre si, a estabilidade do cristal e a renovação da vida. Em uma instituição, estamos constantemente tentando equilibrar tais extremos, e sempre existem grupos rígidos como o cristal e outros voláteis como a fumaça. Esta tensão é essencial se puder ser tolerada sem fixidez extrema, permitindo estabilidade e renovação. Poderia ser este um dos eixos para se pensar uma ética institucional? O compromisso de buscar climas (grupo de trabalho) capazes de manter, intermediar, os extremos necessários? Criar sistemas de alerta quando, inevitavelmente, esta intermediação falhar? É provável que todo indivíduo psicanalista concordasse com tal visão. No entanto, psicanalistas, mesmo analisados, mantém núcleos inconscientes de medos de perda de poder e de espaço, que podem ser vividos como danos narcísicos. O medo do novo e do desconhecido acompanha-nos em alguma medida. Sublinho *em alguma medida*, porque seria utópico imaginar um estado puro. Contudo, quais os dispositivos para detectar quando esta alguma medida é extrapolada?

Assim...

Como bem lembrou Racker (1976), a psicanálise inaugura, de uma certa forma, uma nova era na ética humana, ao salientar a importância do reconhecimento de desejos imorais, amorais e anti-morais condenáveis. O reconhecimento dos desejos é um abandono da hipocrisia (sempre difícil de fazer) e constitui um ato ético. Reconhecer a verdade sobre si mesmo é um princípio ético básico da psicanálise. Pensando assim, por que não aplicar estes mesmos princípios às nossas instituições?

Como é bastante comum, penso que sociedades psicanalíticas possuem as suas próprias construções míticas. Uma delas é a ideia de que formamos um grupo de pessoas analisadas e, portanto... O que isto significa mesmo? Que todos são maduros, seguros, com uma dose de competição saudável? Que todos têm

uma bagagem razoavelmente similar, compartilhando das mesmas ideias sobre sociedade, política, visões de vida? Ou, quem sabe, significa que o apreço pela psicanálise possa ser um laço que supere todos os outros obstáculos? Apenas ilusões e racionalizações. A construção de uma ética de convivência, que carregue o cerne da psicanálise, requer um trabalho constante de construção, vigilância, reconstrução, readaptações, crises, discordâncias.

O eixo central desta discussão sobre uma ética institucional repousa na possibilidade de uma escuta que reconheça o outro em sua alteridade e na nossa inescapável dependência em relação a este outro. Depende, portanto, de como vamos abrir mão da ilusão da onipotência infantil, que implica um sério golpe no nosso narcisismo. A psicanálise tem se ocupado destas questões desde seus primórdios. Tornar-se adulto significa aceitar algum grau de reconhecimento de fragilidade e dependência, o que pressupõe aceitar pertencer a uma comunidade mantida por deveres e obrigações recíprocas. As ideias sobre ética de Atlan propõem um esforço consciente neste sentido, de incluir como essencial que a instituição crie instrumentos para observar a si mesma. O presente trabalho busca inserir-se neste objetivo.

Podemos pensar que a ética freudiana articula, entre outros aspectos, autonomia e liberdade com a aceitação da realidade: sujeitos autônomos devem reconhecer e distinguir entre o mundo dos seus desejos e a realidade do mundo no qual existem outros. Este reconhecimento expõe a nossa dependência de outros para nos tornarmos seres autônomos, considerando essencial que ética inclua solidariedade. Não apenas como um dever de consideração pelo outro, mas como uma pré-condição para um viver criativo. No entanto, esta é uma busca que não ocorre sem resistências, maiores ou menores, de acordo com as condições de cada um: a eterna luta pela aceitação de que não somos onipotentes marca a nossa entrada no mundo dos outros, onde o pensamento e a reflexão criativa são possíveis, onde há um outro a ser escutado e do qual dependemos para constituirmos a nós mesmos.

Se queremos que as nossas sociedades continuem vivas e criativas, precisamos de um olhar crítico e atento para o seu funcionamento e, talvez, de uma ética de solidariedade como pano de fundo. Importante lembrar que até mesmo este substantivo *solidariedade* deixa margem para divergências: solidário em relação a quem? É uma solidariedade intra-instituição ou se expande para além dos seus muros? Este seria um novo objetivo a ser incluído? Questões como estas e inúmeras outras não podem ser respondidas como uma verdade já estabelecida, mas precisam encontrar um clima receptivo para serem discutidas, sem fanatismos. E sempre nos perguntando: o que está aí e não estamos podendo perceber? □

Viviane Sprinz Mondrzak

Abstract

In favor of institutional ethics

This work intends to discuss aspects related to the construction of an *institutional ethics* in the psychoanalytic societies which includes a view over the functioning of the institution itself instead of only over the individual ethics pertinent to the psychoanalyst. It departs from ideas of Henri Atlan, an important thinker of complexity and his contributions of psychoanalysis to the theme, to bring some personal reflections in order to expand this discussion.

Keywords: Ethics; Institution; Power; Transgression

Resumen

Por una ética institucional

El presente trabajo busca discutir aspectos relacionados con la construcción de una *ética institucional* en las sociedades psicoanalíticas, que incluya una mirada al funcionamiento de la propia institución, y no solo una ética individual del psicoanalista. Parte de las ideas de Henri Atlan, importante pensador de la complejidad y de las contribuciones del psicoanálisis al tema, para aportar algunas reflexiones personales para ampliar esta discusión.

Palabras clave: Ética; Institución; Poder; Transgresión

Referências

- Atlan, H. (1979). *Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Atlan, H. (1986). *Com razão ou sem ela: intercrítica da ciência e do mito*. Lisboa: Piaget: 1994
- Atlan, H. (1997). Les niveaux de l'éthique, In *Changeux JP. Une même éthique pour tous?* (pp. 89-106). Paris: Odile Jacob.
- Bion, W.R. (1975). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1961)
- Bion, W.R. (1991a). *Elementos em psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1963)
- Bion, W.R. (1991b). *A atenção e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1970)

- Bion, W.R. (2000). *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1969)
- Coutinho Aleksandrowicz, A.M. (2008). Os níveis de ética de Henri Atlan e o desafio do “quarto nível”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 13(2), 407-416.
- Foucault, M. (1977). *Microfísicas do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1996). O futuro de uma ilusão. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (2010). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Obras completas. Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (1920-1923) (Trad. Paulo César de Souza, Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920-1921)
- Levinas, E. (1982). *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70. 1988.
- Mondrzak, V.S. (2012). Em defesa de uma certa ética imprescindível. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 17-26.
- Racker, E. (1976). Psicoanálisis y ética. *Revista del Centro de Investigación en Psicoanálisis y Medicina*, 6(3). Buenos Aires.
- Sábios da Mishná (2016). *Pirkei Avot: A ética dos pais*. Com comentários de Maimônides. Editora Maayanot.

Recebido em 15/12/2020

Aceito em 06/01/2021

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Kátia Ramil Magalhães**

Viviane Sprinz Mondrzak
Rua Carvalho Monteiro, 234/801
90470-100 – Porto Alegre – RS – Brasil
vimondrzak@gmail.com

© Revista de Psicanálise da SPPA